

4.6 Remuneração

4.6.1 A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI *over* extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”), definido de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimentos conduzido pelo Coordenador Líder (“Procedimento de Bookbuilding”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário, ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

- FatorDI = produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, desde a data de início do respectivo Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais,



com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até n_{DI} ;
- n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo n_{DI} um número inteiro;
- TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- K = 1, 2, ..., n ;
- DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

- Spread = 0,8500; e
- DP = número de Dias Úteis entre o Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo DP um

número inteiro.

4.6.1.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.1.2 Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na data prevista do efetivo pagamento da Remuneração.

4.6.2 Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado ou da efetivação da oferta de resgate das Debêntures previstas nesta Escritura, a Remuneração será em parcelas semestrais, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2014 e o último, na Data de Vencimento.

4.6.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.3.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua

extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis subsequentes ao decurso do prazo de 15 (quinze) dias acima ou da data de extinção ou da data da proibição legal ou determinação judicial, conforme o caso, assembleia geral de Debenturistas, observados os termos previstos na presente Escritura para a respectiva realização ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, na apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.6.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.6.5 Caso não haja acordo sobre a Remuneração Substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 4.6.3.1 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada



[Handwritten signature]

para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- (ii) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo a Data de Vencimento e o prazo médio das amortizações das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo estabelecida nesta Cláusula, observado que, até a amortização integral das Debêntures em Circulação, será utilizada a Remuneração Substitutiva. Caso a Remuneração Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base acima referida.

4.7 Amortização Programada

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e iguais, sendo cada uma correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, a partir do 4º (quarto) ano, inclusive, contado da Data de Emissão, sendo que a primeira amortização será devida em 1º de agosto de 2017, e a segunda e última na Data de Vencimento, observado o disposto nesta Escritura.

4.8 Repactuação Programada

4.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.9.1.1 Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.9.2 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.2.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado ou de amortização antecipada e aos Encargos Moratórios, e com relação às



Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou (ii) nos demais casos, por meio do Escriturador Mandatário ou na sede da Companhia, conforme o caso.

4.9.2.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.3 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.3.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.9.3.2. Para os fins desta Escritura, “Dia Útil” significa (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; (ii) com relação a qualquer outra obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e que não seja sábado ou domingo; ou (iii) com relação às obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e que não seja sábado ou domingo.

4.9.4 *Encargos Moratórios*

4.9.4.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa



não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.9.5 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.5.1 Sem prejuízo do previsto no item 4.9.3.1, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, quando exigido pela legislação, e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, bem como na rede mundial de computadores (*internet*) no www.lojasrenner.com.br/ri, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.



5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, as quais serão consideradas debêntures em mercado, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Antecipada Facultativa e Oferta de Resgate Antecipado

5.2.1 Resgate Antecipado Facultativo. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, de 1º de agosto de 2015, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.10.1 acima, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação), correspondente a:

- i) 0,60% (sessenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 1º de agosto de 2015, inclusive, e 1º de agosto de 2016, exclusive;
- ii) 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 1º de agosto de 2016, inclusive, e 1º de agosto de 2017, exclusive; ou
- iii) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 1º de agosto de 2017, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

5.2.2 Amortização Antecipada Facultativa. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, de 1º de agosto de 2015, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.10.1 acima, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal



Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor da amortização antecipada (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor da amortização antecipada significa a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação a ser amortizada), correspondente a:

- i) 0,60% (sessenta centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 1º de agosto de 2015, inclusive, e 1º de agosto de 2016, exclusive;
- ii) 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 1º de agosto de 2016, inclusive, e 1º de agosto de 2017, exclusive; ou
- iii) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso a amortização antecipada ocorra entre 1º de agosto de 2017, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

5.2.3 Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurado a todos igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma (“Oferta de Resgate Antecipado”):

- i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos do item 4.10.1 acima (“Editais”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, (b) o valor do prêmio de resgate, se for o caso, (c) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, (d) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, (e) se a Oferta de Resgate Antecipado está condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e operacionalização do resgate das Debêntures;
- ii) caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior que as Debêntures que poderão ser resgatadas, com base



no Edital, deverá ser realizado procedimento de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações;

- iii) o valor pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora;
- iv) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 4.9.2 acima; e
- v) com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.

5.2.4 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

5.3 Vencimento Antecipado Automático

5.3.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora, o pagamento em até 5 (cinco) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário ou do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos:



- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil de seu vencimento;
- (ii) ocorrência de (a) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora, exceto se a extinção, liquidação e/ou dissolução decorrer de uma operação societária que não constitua um evento de vencimento antecipado, nos termos do inciso (x) abaixo, (b) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora, (c) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, (d) pedido de autofalência da Emissora, (e) pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal, e (f) decretação de falência da Emissora;
- (iii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) protestos de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), reajustados anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis de sua ocorrência for devidamente comprovado pela Emissora que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (b) o protesto foi sustado ou cancelado, ou ainda (c) o protesto foi objeto de medida judicial que tenha o suspenso;
- (v) vencimento antecipado de qualquer Obrigação Financeira (conforme definido abaixo) da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor individual ou agregado superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;
- (vi) não pagamento, na respectiva data de vencimento, de qualquer Obrigação Financeira da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora em relação a terceiros, em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, salvo se no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do evento, (a) for comprovado, pela Emissora, que o inadimplemento ocorreu indevidamente, (b) for



sanado pela Emissora ou por qualquer controlada da Emissora, ou (c) sejam suspensos os efeitos do inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

- (vii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, e/ou decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora ou qualquer controlada da Emissora, em valor individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para o pagamento;
- (viii) recompra de ações, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, sem prejuízo do disposto no subitem (i) acima;
- (ix) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (x) cisão, fusão ou incorporação da Emissora, exceto:
 - (a) com a prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim; ou
 - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- (xi) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento ao seus acionistas, tal como participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer das obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.



5.3.1.1 A Emissora obriga-se a, no prazo previsto na Cláusula 6.1, inciso I, alínea (f) abaixo, comunicar o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

5.3.1.2 Para os fins desta Escritura, “Obrigação Financeira” significa qualquer valor devido em decorrência de (a) empréstimos, mútuos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares no Brasil ou no exterior; (b) aquisições a pagar; (c) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, ainda que na condição de garantidora, seja parte (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora e/ou de qualquer controlada da Emissora); (d) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; e (e) obrigações decorrentes de resgate de ações e pagamento de dividendos fixos, se aplicável.

5.4 Vencimento Antecipado Não Automático

5.4.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora, o pagamento em até 5 (cinco) Dias Úteis do saldo devedor Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento pela Emissora de obrigação não pecuniária relacionada a esta Escritura, não sanada no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados da data do recebimento de aviso, por escrito, enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;
- (ii) ocorrência de (a) extinção ou dissolução de qualquer das controladas da Emissora, exceto se (1) houver publicação pela agência classificado de risco de relatório de classificação de



- risco das Debêntures atualizado e contemplando o fato em até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, sem prejuízo do disposto no subitem (viii) abaixo, ou (2) a extinção e/ou dissolução decorrer de cisão (total ou parcial) da controlada com a absorção da parcela cindida pela Emissora e/ou por controladas da Emissora, de fusão da controlada com a Emissora e/ou com controladas da Emissora ou de incorporação da controlada pela Emissora ou por controladas da Emissora; (b) pedido de recuperação judicial feito por qualquer das controladas da Emissora, (c) propositura, por qualquer das controladas da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, (d) pedido de falência de qualquer das controladas na Emissora não elidido no prazo legal, ou (e) decretação de falência de qualquer das controladas da Emissora;
- (iii) inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência, em qualquer aspecto relevante, na data em que forem prestadas de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura ou de qualquer informação constante do material de divulgação da Oferta Restrita (“Material de Divulgação”);
 - (iv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, que impactem de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida autorização ou licença;
 - (v) realização de redução de capital social da Emissora por seus acionistas com outra finalidade que não a absorção de prejuízos após a Data de Integralização, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
 - (vi) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de maneira que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas pela Emissora e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora;
 - (vii) descumprimento de qualquer decisão administrativa ou governamental contra a qual não seja obtido efeito suspensivo dentro do prazo regulamentar para tal obtenção e que, possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora;



- (viii) redução da classificação de risco da Emissão ou da Emissora em duas notas quando comparadas com a classificação de risco da época da Emissão;
- (ix) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos do item 3.6 acima; ou
- (x) não atendimento, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir (“Índices Financeiros”), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da disponibilização dos documentos descritos no item 6.1(i)(c) abaixo, com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais – ITR e/ou Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação deste subitem ocorrerá em relação ao terceiro trimestre de 2013:
 - (a) Dívida Líquida Consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,0 (três) vezes;
 - (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0 (duas) vezes, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

Para os efeitos do disposto nesta alínea (x), aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório de todas as dívidas consolidadas da Emissora perante pessoas físicas e/ou jurídicas, limitando-se a (a) empréstimos e financiamentos com terceiros, (b) dívidas oriundas de quaisquer emissões de títulos de renda fixa, em circulação no mercado de capitais local e/ou internacional, (c) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos) e (d) o saldo das quotas subordinadas emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner menos (1) o saldo de quotas seniores de titularidade de terceiros emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lojas Renner; (2) o numerário disponível em caixa da Emissora, (3) os saldos líquidos de contas correntes bancárias da Emissora e (4) os saldos de aplicações financeiras da Emissora;

“EBITDA” significa o lucro líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social sobre o

